

**ANEXO II - MODELO DE FORMATAÇÃO TRABALHO COMPLETO
COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**A ESCOLA ENTRE A NEGAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES:
REFLEXÕES A PARTIR DE UMA OFICINA DE INCLUSÃO DE GÊNERO NA
CIDADE DE CATALÃO, GOIÁS**

**SILVA, Mônica Rosa da¹; ROQUE, Yasmin Rodrigues²; AGUIAR, Priscilla Gomide
de³; BHERING, Marcos Jungmann⁴.**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Avançado Catalão

monicarosa.silva@outlook.com, yasminrodriguesroque@gmail.com², aguiarpriscilla50@gmail.com³,
marcos.bhering@ifgoiano.edu.br³

1. Introdução

Nas últimas décadas, as novas leituras sobre gênero têm ultrapassado o campo restrito das lutas feministas e, na esteira destes movimentos, novos protagonistas emergem nos cenários mundial e brasileiro questionando identidades sexuais estáticas e binárias. Nesse sentido, a defesa de Simone de Beauvoir de que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”¹ e as teorias de Judith Butler acerca da flexibilização de categorias tanto biológicas quanto culturais da sexualidade humana acabaram por empoderar a luta, em especial a partir da década de 1990, de grupos tradicionalmente marginalizados.² Transexuais e travestis, segmentos ainda percebidos como “abjetos” perante a sociedade, adquirem voz e visibilidade, conquistando progressivamente direitos junto ao Estado³ e apoio da sociedade civil, em especial via redes sociais.

Por outro lado, vivenciamos um contexto nacional e global de avanços conservadores

¹ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 p.9

² PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito” In ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Orgs.). *Diferenças, Igualdades*. São Paulo: Belendis & Vertecchia, 2009 p.143

³ Vale destacar que desde 2008 o Sistema Único de Saúde oferece gratuitamente a cirurgia de mudança de sexo, conhecido como processo transexualizador. Ainda, recentemente o Supremo Tribunal Federal ratificou para todo o território nacional a possibilidade de transgêneros e transexuais a alterarem em cartório seus nomes de registro civil, mediante a simples autodeclaração. Ver <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008>
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-03/stf-autoriza-transexual-alterar-registro-civil-sem-cirurgia-de> Acesso em 05/04/2018

que fatal e invariavelmente consubstanciam-se em reações à autodeterminação destes grupos. Traços autoritários de personalidade, apontados por A. H. Marlow desde 1943, emergem com significativa atualidade com preocupante adesão entre os jovens: uma percepção de insegurança permanente, beligerante, que enxerga o diferente como uma ameaça; percepções dicotômicas generalizáveis que classificam os seres humanos entre superiores ou inferiores em termos absolutos (isto é, um indivíduo é superior ou inferior ao outro não em aspectos específicos, mas em sua totalidade); a hostilidade, o ódio e o preconceito; a identificação da bondade e a solidariedade como sinais de fraqueza; entre outros.⁴ Tudo isso aponta para uma situação de insegurança e hostilidade permanente às pessoas consideradas não aceitáveis perante a dita normalidade social.

Mas como as escolas brasileiras, em especial no interior de Goiás, tem lidado com essa contradição entre avanços autoritários, de um lado e, de outro, manifestações de autodeterminação de gênero, livre de amarras, que tem cada vez mais tensionado a nossa sociedade? Mais especificamente, como as escolas no interior de Goiás, em suas dinâmicas internas, têm incorporado estas novas identidades que fogem ao um padrão de normalidade heterossexual? O entendimento desta tensão é o foco da pesquisa conduzida por um professor e três bolsistas do Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Catalão.

2. Metodologia

No contexto apresentado acima, é lugar-comum que professores e alunos que interagem com os considerados diferentes expressem frequentemente ojeriza aos segmentos homoafetivos e transexuais por meio de boicotes, olhares, ofensas diretas e indiretas. De modo a compreender a dinâmica da tensão apresentada acima, foi realizada uma oficina em setembro de 2017, por ocasião do I Simpósio de Formação Inicial e Continuada de Professores de Ciências e Matemática do IFGoiano – Campus Avançado Catalão, voltado para professores das redes privada e públicas municipal e estadual, assim como estudantes de licenciaturas e aqueles que, no momento, estavam matriculados no curso de Pós-Graduação Lato Senso em Ensino de Ciências e Matemática do Campus. O objetivo da oficina foi o de apresentar a percepção discente sobre o panorama da inclusão de gênero nas escolas públicas e privadas da cidade de Catalão, Goiás, com o foco em promover o protagonismo de

⁴ MARLOW, Abraham Harold. “The Authoritarian Character Structure” In *The Journal of Social Psychology*, S.P.S.S.I. Bulletin. 1943, 18, 401-411.

estudantes e ex-estudantes que sofreram ou sofriam, abusos em função de sua sexualidade no ambiente escolar.

Além da equipe, foram convidados a participar e apresentar relatos um estudante abertamente homossexual da escola Sesi/Senai, um casal de estudantes homoafetivas do IFGoiano – Campus Avançado Catalão e, visando conferir ênfase à questão da transexualidade, duas mulheres transexuais, uma estudante do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus e uma conhecida *youtuber* da cidade. Vale ressaltar que todas as escolas funcionam na cidade de Catalão, Goiás. Ocorreu, previamente, uma reunião preparatória quando se definiu que o professor orientador não interferiria na condução da oficina, de modo a valorizar e potencializar o almejado protagonismo.

3. Desenvolvimento e resultados

Durante a reunião de preparação, a equipe de pesquisa percebeu o quanto a presença de um estudante homossexual externo ao convívio da escola e, de forma mais intensa, uma transexual, geraram forte curiosidade na escola que, no momento, estava em plenas atividades. Tanto alunos quanto professores passavam pela porta aberta, olhando, com inquietação, o que ocorria na sala onde ocorria o encontro de preparação. Merece destaque que uma das estudantes trans não compareceu na reunião de planejamento em função de, horas antes, ter sido vítima de violência doméstica pelo próprio pai.

Paralelamente ao “ensaio”, circulavam nas redes sociais, em especial via *whatsapp*, movimentos de alunos mais conservadores para “ocuparem” a oficina, com o objetivo de expressarem a sua posição sobre o tema. Curiosamente, tal comoção gerada durante a reunião de preparação gerou interesse entre os estudantes do IF e a oficina, intitulada “Inclusão de Gênero na Escola”, uma entre diversas outras ligadas à inclusão e diversidade do evento, gerou um número maciço de inscrições, a maioria das quais destes estudantes. Os estudantes que objetivavam boicotar a oficina não apareceram.

Iniciada a oficina, apresentou-se como ponto de partida o tradicional recorte não binário sobre sexualidade e gênero, que dissocia identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Como exemplo, os “oficineiros” indicaram suas próprias realidades: um homem cuja orientação sexual era homossexual; o casal de estudantes em que uma se identificava como bissexual e a outra como homossexual; uma mulher transexual, nascida do sexo masculino, que passou pelo processo transexualizador pelo Sistema Único de

Saúde, que se considerava uma mulher trans e bissexual e, por fim, uma mulher transexual, que estava passando por todo o processo de transição hormonal até poder ser submetida ao processo cirúrgico transexualizador e, por ser uma mulher trans, se considerava heterossexual.

Tal variedade de realidades despertou uma série de questionamentos e interesses em vivências para além da experiência escolar dos oficinairos. Nessa orientação, os estudantes puderam se solidarizar com as experiências e dificuldades sofridas, em especial pelas mulheres trans, em situações cotidianas, como a simples apresentação em uma fila de atendimento médico uma carteira de identidade com o nome diferente dos nomes social. Outra situação, por exemplo, foi o medo e os dilemas vivenciados por uma das estudantes trans em contar aos seus relacionamentos amorosos que originalmente havia nascido com o sexo masculino.

Dentro do aspecto escolar, foco inicial da oficina, o casal homoafetivo do IFGoiano destacou o tratamento diferenciado entre elas e casais heterossexuais que, apesar de estarem sujeitos às mesmas regras de condutas, recebiam complacência das instâncias fiscalizadoras. Nesse aspecto, a auto regulação dos corpos obedecia aos mesmos critérios que no ambiente externo a escola: ou seja, os homossexuais permanentemente necessitam se policiar em suas manifestações de afeto. Outro elemento destacado era a frequente reclamação que professores e servidores levavam à Assistência Estudantil quanto a comportamentos impróprios do casal, o que não acontecia com casais heterossexuais.

Quanto a estudante trans, do Colégio Mãe de Deus, sua experiência ao se assumir enquanto mulher gerou repulsa entre professores e alunos. Professoras recusavam-se a chama-la pelo nome social, ainda que estivesse legalmente amparada. A escola passou a enfrentar um dilema, comum ao segmento: qual banheiro usar? Mães, pais e alunas expressavam diretamente junto à diretoria a indignação quanto ao uso do banheiro feminino pela estudante. O banheiro masculino consubstanciava-se, por outro lado, como espaço hostil a sua presença. A solução encontrada pela escola foi concede-la uma chave própria e acesso direto ao banheiro dos funcionários.

Por fim, um último assunto que merece destaque foi a ausência de consenso entre as mulheres trans quanto a sua situação enquanto portadoras de uma patologia. Uma delas se reconhecia uma pessoa com especificidades – no sentido amplo do termo – por se reconhecer como portadora de Transtorno de Disforia de Gênero. Por outro lado, a outra mulher trans não se reconhecia enquanto doente. Cabe ressaltar, sobre esse aspecto que os

dois manuais referenciais de medicina, o Catálogo Internacional de Doenças, CID-10, e o DSM-5 (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) definem a transexualidade como patologias. O mencionado diagnóstico de Disforia de Gênero (Gender Dysphoria) está presente no DSM-5 e, segundo o CID 10, a transexualidade enquadra-se no grupo de Desordens de Identidade de Gênero (F64). Especificamente, na desordem específica de transexualismo (F64.0), concebido como doença (sic). Segundo a sua descrição, o transexualismo é:

“O desejo de viver e ser aceito como membro do sexo oposto, frequentemente acompanhado pelo sentimento de desconforto com, ou inadequação de, seu sexo anatômico, e o desejo de submeter-se a cirurgia e tratamento hormonal para fazer de seu corpo o mais congruente possível com o seu sexo de preferência.”⁵

4. Considerações Finais

Como nos lembra Ribeiro e Quadrado, hoje em dia o tema da diversidade de gênero encontra-se difundido em diversos âmbitos da sociedade e são foco de debates nos mais diversos campos: medicina, justiça, religião, educação.⁶ Assim, por ultrapassar em muito o âmbito estritamente escolar, a fato das discussões terem ido além da esfera educacional foi tomado como um processo natural, ainda que não totalmente planejado.

No entanto, vale destacar um aspecto grave e que nos demanda atenção. Segundo Bourdieu e Passeron, o princípio do que definem como violência simbólica é a imposição de uma relação de opressão tomada como legítima e que dissimula seus verdadeiros predicados, isto é, ser uma relação por si opressiva.⁷ A escola, ao recusar abrir-se para os movimentos juvenis de autodeterminação de suas identidades sexuais/ de gênero, assume-se como um lugar de opressão, de violência, de reprodução de preconceitos, algo percebido na vivência dos “oficineiros” como algo disseminado não apenas entre outros estudantes, mas também entre os professores e funcionários. O não dito, o tratamento desigual entre homoafetivos e heterossexuais, entre cisgêneros e transgêneros, pode ser interpretado como

⁵ F64 – Gender Identity Disorders In *ICD-10 – International Catalogue of Diseases*. Acesso em 29/03/2018 <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en#/F64>

⁶ RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. “Gênero e Diversidade na Escola: notas para a reflexão da prática docente” In RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (ORGS). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p.402

⁷ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2012. p.25

algo que, em médio prazo, pode ser desconstruído entre os estudantes. Há esperança. No entanto, talvez a face mais desumana da realidade escolar e da violência simbólica para o segmento dos gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros seja a rejeição e a negação por parte do corpo docente e dos funcionários, compreendidos todos enquanto educadores.

Em nossa experiência, o processo aqui relatado consubstanciou-se como um processo humanizador para todos os envolvidos. A ampla adesão de alunos, o interesse percebido pelos olhos atentos de todos os presentes, estudantes e professores externos, expressam um regozijo de que, apesar de tudo, a integração da diversidade é um processo de humanização que a educação possibilita.

5. Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. “Diagnosis”
<https://www.psychiatry.org/patients-families/gender-dysphoria/what-is-gender-dysphoria>

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. “Cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008.”
06/03/2015
<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008> Acesso em 05/04/2018

MARLOW, Abraham Harold. “The Authoritarian Character Structure” In The Journal of Social Psychology, S.P.S.S.I. Bulletin. 1943, 18, 401-411.

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito” In ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Orgs.). *Diferenças, Igualdades*. São Paulo: Belendis & Vertecchia, 2009

RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. “Gênero e Diversidade na Escola: notas para a reflexão da prática docente” In RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (ORGS). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p.402

RICHTER, André. “STF autoriza transexual a alterar registro civil sem cirurgia de mudança de sexo.” In AGÊNCIA BRASI. 01/03/2018
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-03/stf-autoriza-transexual-alterar-registro-civil-sem-cirurgia-de> Acesso em 05/04/2018

WORLD Health Organization. *ICD-10 – International Catalogue of Diseases*.
<http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en#/F64>